

---

## 009ª SESSÃO ORDINÁRIA 22FEV2018

(Texto com revisão.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** Passamos às

### COMUNICAÇÕES

**A Sra. Fernanda Melchionna (Questão de Ordem):** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que preside os trabalhos, e ao Ver. Rodrigo Maroni. Presidente, ontem pedi verificação de quórum antes de começar a discussão de Pauta. Não teve quórum e infelizmente foi considerado como Pauta vencida. Então estou questionando aqui, formalmente no microfone, e vou fazer também, obviamente, por escrito. Obrigada, Presidente.

**A Sra. Sofia Cavedon (Questão de Ordem):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, apenas reforçando: eu estava inscrita para falar em Pauta na primeira inscrição, então não considero que pude fazer a manifestação. É um projeto importante, gostaria de fazer um apelo a V. Exa., em nome da Presidência, que considerasse a discussão preliminar ainda não realizada.

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, caros Vereadores e Vereadoras, colegas da Câmara Municipal, hoje eu vim aqui tratar um tema para o qual tenho recebido bastante denúncia em todo o País, e que efetivamente é um tema importante e do qual sou contrário por princípio, mas que agora tem vindo à tona, que é a realidade dos zoológicos do País, inclusive o nosso zoológico de Sapucaia. Os zoológicos de muitos estados do País já foram interditados por falta de alimentos, tigres que foram transportados... Qualquer pessoa que defenda o tema relacionado aos animais sabe que é um processo absolutamente neurotizante, são animais que vivem como se fossem presidiários, no cárcere. Todas as análises de veterinários sérios combatem os zoológicos por princípio

---

porque não é o *habitat* natural daqueles animais, são animais trancafiados em cinco ou dez metros, e a explicação que se dá para isso, é para ser humano ter acesso. Eu me lembro, inclusive, Professor Alex, tu que és professor de Biologia e talvez já tenha levado... de visitar o zoológico quando era criança, na época do Jardim A, Jardim B, primeira série. Obviamente uma criança não tem noção, e ter acesso àquilo acaba sendo uma coisa bacana. Só que há uma realidade por trás do zoológico. Por isso, no ano passado, fui favorável ao fechamento de algumas fundações que o Governo Sartori propôs, como a Fundação Zoobotânica, mas, para o zoológico, não há justificativa. E agora vem à tona, mais uma vez, denúncias de que os animais estão passando fome no zoológico, além de todo o processo psicológico pelo qual eles passam ali dentro, o que é absolutamente desnecessário, e eu diria, idiota. A humanidade constrói coisas idiotas para se animar, como os fogos de artifícios, o que na minha opinião não tem sentido. Em 2004, há quase 14 anos, o Ver. Adeli proibiu animais em circo, o que existe no mundo inteiro.

Venho fazer esse desabafo aqui. Tenho recebido inúmeros *e-mails* relacionados à magreza e à miséria por que passam os animais no zoológico, inclusive de pessoas que trabalham lá, o que confirma essa realidade. Como sabemos que o lucro sempre vem à frente de qualquer tema, principalmente quando vinculado aos animais, espero viver o fim dos zoológicos. Espero que não seja feito como no Pampa Safári, onde a família Febernati fez a opção clara de faturar na vida dos animais, dos 400 cervos. Além disso, no ano passado, lutamos para ter um desfecho bom, já que os animais não poderiam voltar para o seu *habitat* natural, porque tinham sido criados no Pampa Safári, eu tinha conseguido um criador lá em Goiás, por meio da minha irmã. Ela tinha conseguido um lugar apropriado para os cervos irem e um senhor se disponibilizava a custear e os levar para lá. Infelizmente, foi feita a opção mais brutal, que foi a de faturar em cima de cada animal de R\$ 4 a R\$ 10 mil, até o limite da morte, como muitos acompanharam pelo Ministério Público. Então, Felipe, nós, tendo alguns anos de vida, espero que a gente consiga dar fim a esse tipo de iniciativa, como o zoológico.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. André Carús (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

---

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** Boa tarde, Presidente Mônica Leal, colegas Vereadoras, colegas Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara; subo a esta tribuna para falar de um Pedido de Informações que protocolei para saber mais detalhes sobre a área azul em Porto Alegre. Há certos assuntos em que, quando a gente acha que Porto Alegre vai avançar, Porto Alegre retrocede. A área azul é um claro exemplo desses. A gente vai na Av. Cristóvão Colombo, na altura da Rua Quintino Bocaiúva, ali a área azul foi retirada, porque o contrato de licitação expirou. Nós vamos ao Centro, na Praça da Matriz, os parquímetros estão abandonados, atirados. O que é que acontece quando os parquímetros estão atirados e abandonados? Os flanelinhas tomam conta. Nós temos cidades, como Esteio, Gravataí, Canoas, onde há equipamentos modernos, em que se paga com dinheiro, se paga com cartão de crédito e se paga por aplicativo. Porto Alegre está perdendo essa oportunidade. Nós estamos tirando os parquímetros da Cidade. Os comércios estão perdendo dinheiro, estão perdendo economia. O comércio da Av. Cristóvão Colombo, desde que saiu o parquímetro, já perdeu 20% em vendas.

Então, esse é um assunto que eu gostaria de saber mais do Executivo, e até quero ler aqui as indagações que faço ao Executivo, para que esta Casa tome conhecimento e possa tomar as medidas cabíveis. Pergunto, então: “Referente ao estacionamento temporário pago nas vias e logradouros públicos em áreas urbanas pré-determinadas de Porto Alegre, denominadas Área Azul, instituída pela Lei nº 6002/87 e alterações posteriores, a saber: qual o número total de vagas de estacionamento de parquímetros existentes na Área Azul de Porto Alegre; quantas vagas de estacionamento rotativo na Área Azul são exclusivas a idosos – Ver. Alvoní Medina, que preside a Frente Parlamentar do Idoso – e portadores de necessidades especiais – Ver. Paulinho, que defende essa bandeira; quantos parquímetros estão em efetiva operação na Área Azul; quais os motivos para que os parquímetros estejam fora de operação e como é realizada a manutenção dos referidos equipamentos; qual a causa da demora para conserto, como

---

já se verificou em algumas localidades; qual foi a arrecadação da Área Azul, bem como os custos para a sua manutenção nos últimos quatro exercícios; atualmente o serviço é explorado por qual ou quais empresas; quando se encerram os contratos; em quais localidades do Município os contratos estão vencidos; há previsão da realização de licitação e quando será realizada; haverá na próxima licitação a previsão para que os equipamentos parquímetros possuam novas tecnologias, além do pagamento dos tíquetes com moedas, pagamento rotativo com cartão de crédito ou débito, ou por meio de pagamento remoto via aplicativo para *smartphone*; qual usuário adquire créditos; quanto à fiscalização, qual é o número de pessoas ou equipes que a executam”. Esses são alguns questionamentos que faço, e que acredito que os Srs. Vereadores e a população de Porto Alegre também têm o direito de saber qual a realidade, qual a situação da Área Azul. Acho que é extremamente importante para a cidade de Porto Alegre, porque não podemos retroceder, temos que avançar, e a Área Azul é um claro exemplo disso. Temos que avançar para dar mais oportunidade e conforto para a nossa população de Porto Alegre. Muito obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sra. Presidente, senhoras e senhores, na Liderança da nossa bancada, eu pedi para falar e tratar especificamente do tema da violência e do crime na cidade de Porto Alegre. Ontem, de novo mobilizada por uma situação com o meu carro, mas pautando na internet, vi centenas de manifestações de pessoas acuadas pela violência e pelo crime na nossa Cidade. Exemplos de todas as ordens, desde jovens espancados por outros jovens de madrugada na Cidade Baixa, até edifícios sendo invadidos por bandidos indo até o quarto andar e roubando apartamentos, roubos de carros, latrocínios, medo, pânico... As pessoas não saem mais de casa na sua grande maioria, e o Secretário Schirmer, esta semana, disse que aqui no Rio Grande do Sul o crime está sob controle, disse que a situação está sob controle.

Eu quero dizer que não está sob controle. A situação não pode ser banalizada! O que nós estamos vivendo é uma situação de caça; somos objeto de caça, vigiados,

---

acompanhados por centenas de milhares de pessoas que, lamentavelmente, hoje trabalham e sobrevivem através do crime na nossa Cidade. E as políticas que nós temos são desastrosas nesse sentido. Nós já fizemos aqui a crítica, há três anos, que o Governador Sartori não nomeou os brigadianos que estavam previstos; desmanchou os Territórios da Paz na cidade de Porto Alegre. Desmanchou os quatro Territórios da Paz, é verdade, logo no início da sua gestão, e, agora, pasmem, está fechando escolas. Sua política para educação, seu Secretário Estadual de Educação colocou, num artigo no jornal esta semana, que é preciso um choque de gestão, que ninguém teve coragem de fazer até então, e ele está fazendo: fechando as escolas e aglutinando os alunos para otimizar recursos. As escolas, que são a última trincheira da nossa juventude. O Secretário está causando filas aqui na frente da Secretaria da Educação porque os alunos estão sendo transferidos, jogados e amontoados em escolas maiores, como a Escola Alberto Bins, no início da Vila Cruzeiro, que é uma escola do lado da Escola Infantil da Vila Tronco, na frente do Postão, uma escola uma escola recém-reformada pelo Governo Tarso, novinha, fechada pelo Governo Estadual, porque estava sendo vandalizada pelos bandidos; não fora a comunidade agora ocupar, fazer limpeza e capina. Então, o que significa a retirada de escola, de educação, quando deveria estar ampliando turno, oferecendo cultura, esporte, trabalho educativo no contraturno para a nossa juventude ter alternativa, para não ser facilmente aliciada para alternativa do crime, do roubo, do assalto, que é o que está acontecendo todo dia na nossa Cidade?

Combinado com isso, o Governo Federal está nas manchetes dos jornais, terminando com mais de 130 vagas de alunos no contraturno, pelo Programa Mais Educação, retirando esse programa das escolas do Estado do Rio Grande do Sul. O que é o Programa Mais Educação? É um programa de esporte, lazer, recreação no contraturno da escola. Ou seja, as alternativas para a nossa juventude, para a nossa gurizada, estão sendo reduzidas. Diante de um quadro de violência, desemprego e de marginalização, a alternativa é redução de educação. Hoje ainda, almoçando em um restaurante chinês, um garçom me dizia que a vida está um inferno em torno do Jardim Carvalho, que marcou, aliás, sábado de manhã, um mutirão para tapar buracos, porque na Av. Colina não tem como passar, pois o mato e a violência tomam conta. Isso nas mesmas comunidades onde a escola Érico Veríssimo, no ano passado, foi assaltada e incendiada por três vezes, uma escola que resistia para atender às crianças e aos adolescentes. A escola tem o quê

---

da comunidade, tem o quê do Município de Porto Alegre, um município que fechou a secretaria municipal de esportes, que reduziu programas de esporte, lazer e recreação em Porto Alegre.

Quero fazer esta fala e dizer queremos a presença do Secretário Schirmer, Sr. Presidente, aqui na Câmara, para dialogar sobre esse tema da segurança. Porto Alegre está em pânico, Porto Alegre está acuada. Nós sabemos que não é apenas a repressão ou o trabalho ostensivo, que têm que existir, que, ontem, por exemplo, desbaratou uma importação de armas importante, mas são fundamentais os programas preventivos que atendem às nossas crianças e adolescentes. Nós queremos a combinação da inteligência, do ostensivo com políticas públicas, esse foi o compromisso do Prefeito Marchezan e não tem nenhum gesto nesse sentido – nenhum! Nenhuma pró-atividade para proteger os cidadãos e as cidadãs da nossa Cidade. Isso é lamentável! Isso é retrocesso, como dizia Ver. Mendes, que a Cidade não pode retroceder. A nossa Cidade está retrocedendo na proteção da vida e promove exclusão dos adolescentes da escola, da cultura, do esporte e do lazer. É preciso que quem responda por isso venha falar com o este Legislativo.

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu vou fazer uma breve introdução da fala da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que falará em Liderança. Eu vou pedir que a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon se informe um pouco melhor sobre as ações voltadas para a segurança pública, não somente em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul. A senhora não pode vir à tribuna faltar com a verdade, na medida em que diz que o Governo Sartori não nomeou aqueles que estavam aprovados no concurso para a Brigada Militar. Todos eles estão nomeados, inclusive, o Governo do Estado zerou o banco de concursados tanto da Brigada como da Polícia Civil. Apenas para repor aqui e corrigir o que a senhora disse.

---

Sobre a falta de oportunidades para a juventude, quero dizer a vocês que o PT é pródigo nisso, não é? O PT sempre discursou e fez da juventude massa de manobras dos seus propósitos politiqueros ou eleitorais, mas, na prática, políticas públicas como o Governo do Estado, mesmo com severas dificuldades financeiras, tem conseguido fazer, como o Centro de Referência da Juventude na Restinga, na região Cruzeiro, que são expressões disso, e, de forma criativa, considerando que o cobertor do orçamento público é curto, tem buscado parcerias com o setor privado e também com as entidades da sociedade civil organizada para viabilizar essa política pública de inclusão da juventude para que ela descubra qual a sua vocação, qual o seu ofício. E a assessoria do PT se arvora aqui no plenário, não generalizando, mas, para se arvorar, tem que sentar nas cadeiras, Ver. Bosco; para se arvorar e vir aqui na tribuna, porque a manifestação do Vereador na tribuna é inviolável! É inviolável a minha manifestação aqui nesta tribuna!

Eu quero aqui também falar sobre um tema local. Nós temos recebido algumas respostas de Pedidos de Informações vindas do Poder Executivo com agilidade, que, até então, não ocorria – e é preciso saudar. É papel do Vereador fiscalizar e estamos conferindo com as comunidades ou com aqueles coletivos que nos demandam os Pedidos de Informações se de fato as respostas correspondem à realidade. E eu vou usar um exemplo hoje específico da Unidade Básica de Saúde Ramos, que fica na região norte da Cidade, no bairro Santa Rosa de Lima. Recebemos o retorno do Pedido de Informações vindo da Secretaria Municipal de Saúde. Tivemos, na resposta, que existe um número superior de médicos no papel do que na prática atendendo as pessoas; recebemos também a informação de que o atendimento odontológico, no papel, diz uma coisa, mas, na prática, o cidadão usuário do serviço nos diz que é outra. E essas informações, que nós estamos contrapondo com aquilo que vem do Executivo, são oriundas do Conselho Local de Saúde e também dos servidores que trabalham no posto. Então, o que nós gostaríamos é que, nos Pedidos de Informações, e, nesse caso específico da saúde, em que o cidadão merece ser respeitado, nós sabemos das dificuldades que existem no atendimento, e de forma mais expressiva nas periferias, e a UBS Ramos fica no coração da região do bairro Rubem Berta, e também, agora, com a mudança que houve na legislação, pertence ao bairro Santa Rosa de Lima. Não adianta a Secretaria colocar que tem lá dez médicos, quando, na prática, apenas dois estão atendendo. Essas informações com mais transparência, aqueles médicos que foram removidos para outra unidade, aqueles que

---

estão em licença e que, na prática, não estão atendendo a população, nós precisamos saber. O Vereador não senta na frente de um computador, de um *laptop*, de um *table*, para simplesmente desenvolver um Pedido de Informações que vem da sua cabeça. O Pedido de Informações e o Pedido de Providências são iniciativas do Parlamento, que, via de regra, nascem daquilo que recebemos da comunidade, da população de Porto Alegre. O papel aceita tudo, e todas aquelas respostas que chegarem até a esta Casa, a partir do nosso mandato, conforme os Pedidos de Informações que encaminhamos, nós faremos o contraponto para, de fato, se correspondem à realidade. Nós não podemos mais simplesmente nos sentirmos atendidos, nos sentirmos satisfeitos com aquilo que diz o papel, se a comunidade, se aquele coletivo de pessoas que nos demandou isso nos diz o contrário.

Então, saúdo que a Prefeitura está respondendo à Câmara com a celeridade que, até então, não vinha ocorrendo. E quero aqui também reconhecer que demandas como encaminhamos junto à Secretaria de Serviços Urbanos, ao DMAE, essas têm sido atendidas com uma agilidade maior, mas já existem outras que sequer respostas existem. E eu volto a dizer, nós não temos mais assistência social em Porto Alegre, disse ontem e repito: a FASC é uma fundação inoperante, a FASC é uma fundação que não cuida da população adulta de rua, é leniente, porque percebe que as crianças voltaram a pedir esmola nas sinaleiras, e o serviço social e assistencial na ponta não funciona e não tem integração com a rede educacional. Perguntem nas escolas de educação infantil se os CRAS estão atuando – não estão. É preciso que se revise, ou que a direção interina da FASC, que vai quase completar um ano, faça autocrítica e peça demissão. A direção interina da FASC tem que pedir demissão! Se demita! E alguém capaz assumo esse posto para o bem da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras, senhores; Ver. João Bosco, nós vamos ter que reeditar o Bunde da Cidadania. V. Exa. sabe que as crianças não podem ficar mais uma vez voltando às

---

sinaleiras, o que já tínhamos resolvido parte significativa dessa questão, mas voltou. Vamos ao entorno da Prefeitura, na frente do Banco do Brasil, vamos ver a tragédia humana, a dignidade da pessoa humana foi para o ralo! Passando no viaduto, a mesma coisa. Por isso, ver. André Carús, V. Exa. tem razão: a FASC não existe mais. E nós queremos saber onde estão os famosos processos no Tribunal de Contas, na Justiça, porque, para interferir no Poder Legislativo local, nós estamos vendo canetas funcionando, mas, para dar retorno à cidadania de Porto Alegre, representada aqui nesta Casa, nós não estamos vendo. Inclusive, queremos falar da transparência que o Carús acabou de apontar. O Portal da Transparência da Prefeitura é uma piada! A Lei de Acesso à Informação, de 2011, que faz sete anos, não está sendo respeitada pela Prefeitura de Porto Alegre. Outra lei, a Lei de Combate à Corrupção, parte do *compliance*, também não está sendo observada pela Prefeitura, os contratos são feitos e não se pedem os *compliances*, a Lei Anticorrupção, a LAC, de 2016 não está sendo observada em Porto Alegre.

**O Sr. André Carús:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) As informações que temos da FASC ainda são mais preocupantes, porque o Programa Ação Rua, que tem a preocupação de encaminhar com dignidade essas pessoas que estão em vulnerabilidade social real, ocupando os espaços públicos, agora está sendo transferido para a saúde. Já não bastasse todo o gargalo que a saúde tem que dar conta, da sua competência, a FASC abdica da sua prerrogativa legal e quer transferir isso para a saúde. Para complementar, Mesa Diretora, V. Exa. participou ativamente: há mais de 40 dias a Câmara visitou o Viaduto Otávio Rocha, e até agora há o silêncio sepulcral do Poder Executivo.

**O SR. ADELI SELL:** Treze tópicos foram enviados ao Sr. Prefeito Municipal sobre o Viaduto Otávio Rocha, e não há nenhuma resposta. Aquela tragédia que a gente vê dia a dia no Viaduto Otávio Rocha não ficará assim. Também pergunto: onde estão os outros órgãos que devem cuidar dessa situação? Vou mais longe: o entorno do Mercado Público é aquilo que não se pode aceitar numa cidade. Outra Secretaria que tem que fechar é a antiga SMIC. Não existe! É uma afronta a esta Câmara. Nós estamos vivenciando o problema da Cidade Baixa, e não é um tema de Brigada Militar, é um tema da SMIC. Na

---

minha época, a gente apreendia caminhão que entregava fora do horário; nós prendíamos quem vendia bebida alcoólica na rua, especialmente para menores. Hoje tem toneladas de bebidas proibidas sendo vendidas na rua, no entorno do Mercado Público. Não me venham com papo furado de que são pessoas que querem trabalhar. Conheço todos, absolutamente todos! Estão quebrando o hortomercado da Praça Parobé. Quatro caminhões, a Prefeitura tem a placa, a SMIC tem a placa, e a SMIC está fomentando, pela sua incompetência, leniência, o crime organizado em Porto Alegre. Não é só um problema de segurança pública, é uma questão de polícia administrativa da SMIC que não faz o seu dever de casa. Na minha época, a gente ia para a rua e enfrentava o bandidismo do Centro da Cidade. Nós fomos confrontados, na sexta-feira de manhã, por pessoas, um era traficante contumaz; outro estava vendendo frutas, mas era fachada pura! Absolutamente fachada pura! De pobre não tem nada. Fez provocações, sabia quem a gente era. As pessoas estão sendo ameaçadas no entorno do Mercado Público. O Prefeito se esconde dentro do Mercado Público, foge para comer em um ou dois restaurantes e não vê nada! Chega! Chega! Chega! Porto Alegre tem que ter Prefeito! Se não quiser governar, vai para a casa! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vamos entrar nessa discussão então da volta das crianças às ruas. Ver. Tarciso, quanto lutamos na Secretaria de Esportes para retirar essas crianças das ruas? No governo da administração popular já havia projetos para tentar controlar e retirar essas crianças das ruas, das drogas e das más companhias. Quando eu assumi como Secretário de Esportes, a prioridade era projetos sociais para incluir as crianças. E um desses projetos se chama Bonde da Cidadania. Os empresários deram um ônibus, e este ônibus, com assistente social, com professor, passava pelas sinaleiras todas as manhãs convidando as crianças para a prática esportiva, banho, alimentação, esporte. Os que estavam drogados e não tinham condições recebiam banho, alimentação e iam dormir. Era uma briga, uma dificuldade, mas conseguimos, juntamente com alguns outros projetos do

---

Kevin Krieger na FASC, zerar as crianças nas ruas, com projetos junto aos clubes sociais esportivos, que disponibilizaram vagas, gratuitamente, para essas crianças carentes, como o Sesc, que oferecia e oferece 200 vagas para as crianças e dá desde o lanche e o uniforme. Enfim, queremos a cooperativa, da qual fizeste parte, para atender 1.200 crianças, ou seja, criatividade para tirar as crianças das ruas. E conseguimos tirar, zerar. Hoje não existe mais o Bonde da Cidadania. Nem sei onde anda. Nós tínhamos mais de quinhentas crianças nos clubes sociais; hoje não tem duzentas. A cooperativa tinha vinte e tantas; hoje ninguém sabe onde andam.

Então, quando o Ver. Carús vem aqui e se refere à FASC, eu quero dizer para V. Exa. o seguinte – infelizmente, eu tenho que dizer isso: 2017 foi um ano perdido. Não é a FASC. Nada funciona em Porto Alegre. Nada! Agora, é o seguinte: paga o IPTU, paga o ITBI, paga o ISS, paga tudo. Aí, tu queres fazer uma festa na rua e tu tens que pagar a rua. Os blocos na Cidade Baixa pagaram R\$ 10 mil, R\$ 12 mil. Isso é um absurdo!

Hoje a coluna do Paulo Germano, no jornal Zero Hora, é sobre o que foi feito, o que esse Prefeito fez junto com o Secretário de Cultura. Terminaram com a cultura em Porto Alegre! A cultura popular e a tal de cultura elitista que eles chamam. Quem não leu pode ler a Zero Hora de hoje. Nem precisa nós estarmos aqui falando isso. Não existe nada em Porto Alegre. Não funciona nada em Porto Alegre. Nada! E aí, em um ano, o que o Prefeito conseguiu: brigar com todos os assessores dele. Saíram uns vinte no mínimo. Até o Janta, que era amigo dele, agora conhece, por dentro e por fora, a situação que a Prefeitura vive. E não é crítica; é elogio ao Ver. Janta! Porque, quando o Ver. Cláudio Janta viu a maneira como a política era feita, teve a coragem de se retirar. E o Prefeito não teve nem a coragem de ligar para ele; demitiu o Janta pela rádio. Não foi, Janta? Uma falta de respeito!

Então, é o seguinte, pessoal, Porto Alegre não funciona, nada funciona, eu gostaria de estar aqui para elogiar qualquer que fosse a situação. Vejam agora a situação do carnaval! Pela primeira vez, em Porto Alegre, não teremos o carnaval! Que, aliás, o Prefeito tem razão em, na crise, não dar cachê para as escolas de samba; mas tem a Lei Dilamar Machado que obriga a dar a estrutura para o carnaval no Porto Seco – arquibancadas e som. E nós fizemos aqui uma emenda, a qual aprovamos, de R\$ 1 milhão – eu fiz! A emenda foi vetada.

---

E agora vou dar outra notícia aqui: não vai sair a corrida de aniversário de Porto Alegre. Nunca se deixou de fazer a corrida de aniversário de Porto Alegre! E tem custo quase zero: o DMAE dá os copinhos de água para os atletas, as frutas sempre são conseguidas na Ceasa, sempre aparece alguém que organiza, faz parceria e organiza sem cobrar porque é o aniversário de Porto Alegre. O que a Prefeitura precisa dar são as medalhas, os troféus e colocar os professores lá para ajudarem – que nunca se negaram. E o que vai acontecer? Não vai ter a corrida de aniversário de Porto Alegre! Então, não vai ter mais nada! Fecha pra balanço isso, que eu não aguento mais! Nem sei o que estou fazendo aqui! Eu tinha era que renunciar; mas, como ele diz, eu sou um cagão – não renuncio!

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sra. Presidente, Ver. João Bosco Vaz, V. Exa. não tem que renunciar. Quem teria que renunciar era o Sr. Prefeito, primeiro, por ser um mentiroso! O Congresso Nacional e vários partidos políticos falam em reforma, e a grande reforma que tinha que ser feita é a reforma política, porque o Prefeito mente descaradamente, desde que assumiu a Prefeitura de Porto Alegre. Mente na maior cara de pau do mundo. Mente para esta Cidade dia e noite. Ontem, num momento ímpar, onde esta Cidade e esta Casa permitiram que a Prefeitura tirasse um empréstimo com o Banrisul, e eu fiz uma emenda, que era uma carência de dois anos, o Prefeito vetou a minha emenda dizendo que ia engessar o empréstimo, e fez com carência de dois anos, porque era uma emenda minha. Sou ex-Líder de Governo e consegui aprovar, com a ajuda de vários Vereadores, algumas coisas que podem ser significativas para a Cidade. O Prefeito, em vez de capitanear o que pode ser bom para a Cidade, tentar concluir algumas obras da Copa, ele novamente ficou agredindo a Casa do Povo, batendo na Câmara de Vereadores, que nós não votamos, não fizemos o que era necessário para sanar a dívida do Município – como se fosse coisa que nós é que teríamos que sanar. E ainda ontem, o Prefeito, ditador agora, um ditador não digo de esquerda nem de direita, mas um ditador absurdo, largou uma edição extra do Diário Oficial de Porto Alegre intervindo no Conselho Municipal de Saúde.

---

Um conselho que tem uma eleição marcada para o dia de hoje, um conselho que cumpriu todos os trâmites normais, necessários, um conselho que a lei diz que tem como seu soberano, na sua fundação, a plenária. E a plenária tirou uma comissão eleitoral, e a comissão eleitoral, através do núcleo e das comissões, marcou a eleição para o dia de hoje. Tem duas chapas disputando a eleição no dia de hoje, o pessoal atual no conselho e uma chapa de oposição. Eu não estou em nenhuma das duas chapas.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** O motivo é que o Prefeito não quer que o Conselho Municipal de Saúde, do qual participa a população de Porto Alegre, a sociedade civil organizada, participe das decisões da saúde em Porto Alegre. O Prefeito nomeou uma intervenção no Conselho Municipal de Saúde, o Secretário Erno; o adjunto Pablo; o Chefe da Saúde, o Tiago; e a Juliana. Isso é o cúmulo do absurdo. Isso é a maior falta de vergonha na cara de um projeto de ditador, de um projeto de incompetente, de um projeto de uma pessoa que não consegue fazer nada na cidade Porto Alegre, não consegue capinar, não consegue limpar a Av. Ipiranga, não consegue limpar um valo, uma praça, e coloca a culpa na ora na Câmara de Vereadores, ora na imprensa, ora nos empresários. Está vendo, no horizonte, que a única coisa que funciona, na sua administração, é a saúde e que está vendo que vai começar a ter problemas, aí intervém no Conselho Municipal de Saúde. O que tem lá que tem de ser escondido? O que não pode aparecer? O que tem lá que cobra uma intervenção? Só que a eleição vai acontecer Sr. Prefeito, e a população de Porto Alegre irá votar, hoje, nas eleições do Conselho Municipal de Saúde. Não é um ditador, como o senhor, que vai tirar o papel popular desta Cidade. O seu Governo foi na Espanha, numa das primeiras viagens, explicar o Orçamento Participativo. Não é o seu Governo que vai tirar o papel desta Casa de fazer as audiências públicas dos projetos. Só falta o senhor dizer que não temos que fazer as audiências públicas dos projetos. Agora, o senhor nomear, para o Conselho Municipal de Saúde, o Secretário da Saúde, o adjunto da Saúde e o coordenador da Saúde é muita cara de pau. É uma falta de respeito com a saúde da população de Porto Alegre. Assim, o Senhor tem tido uma falta de respeito em tudo na cidade de Porto Alegre. Hoje o Presidente desta Casa nos informou que quem cuidava da parte assistencial da questão dos moradores de rua, quando da visita que esta

---

Casa fez no Viaduto Otávio Rocha, não é mais a assistência social, pois foi informado que quem cuidará desta parte será a área da saúde. Então o Senhor deve também acabar com o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, através de um decreto, numa edição extra do Diário Oficial, como fez com o Conselho Municipal de Saúde, através de uma edição extra no Diário Oficial, nomeando o seu Secretário da Saúde, o seu adjunto e as suas diretorias para Conselho Municipal de Saúde. A sociedade civil organizada de Porto Alegre, tenho certeza disso, o nosso médico Dr. Thiago, o Dr. Goulart, as nossas Unidades Básicas de Saúde, nossos Conselhos Distritais de Saúde não vão aceitar essa intervenção na saúde de Porto Alegre. Isso é o fim do mundo, isso é um absurdo numa Cidade que se orgulha de ser a cidade da participação popular, a Cidade que é exemplo para o mundo inteiro, de 25 anos de Orçamento Participativo, de 25 anos de conselhos populares, de 25 anos da participação do povo no processo democrático. Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente Mônica Leal, Vereadores e Vereadoras e a todos que nos assistem, primeiro quero saudar, cumprimentar e parabenizar o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, o torcedor, esse exército azul. Parabéns, Romildo, Presidente; parabéns, Renato, treinador; parabéns, jogadores, e em especial essa torcida do Grêmio que está sempre junto com o Grêmio, onde o Grêmio estiver. Parabéns!

Quero dizer aqui, rapidamente, para a Sofia que eu não estava brabo quando tu falavas da segurança, porque a metade da minha família mora no Rio de Janeiro e a outra metade em Minas Gerais. Sempre tenho contado com as minhas irmãs sobre essa violência no Rio. Eu fui um cara que, até as duas horas da manhã, fiquei rezando para que a Câmara Federal e o Senado votasse aquela intervenção. Vi muitos partidos votando contra a intervenção na Câmara Federal e no Senado, não consigo entender. Mas como dizia Brizola, são os “interesses”.

---

Hoje estou muito contente, vim aqui para falar da coluna do Paulo Germano, que fala sobre a Rua da Praia, a Rua dos Andradas. Sou morador do Centro de Porto Alegre há muitos anos, e venho lutando há bom tempo para que a Rua da Praia seja revitalizada. Fiquei muito feliz quando li na coluna do jornalista Paulo Germano, do jornal Zero Hora, desta quinta-feira, uma matéria sobre a indicação que apresentei à Prefeitura para transformar aquela área em um local de convivência, segurança e agradável para todos os comerciantes que lá desempenham as suas atividades, bem como para a população que desfruta do comércio e bares do Centro Histórico. O projeto tem por finalidade não só embelezar o espaço, mas também facilitar o fluxo de veículos, melhorar o espaço para a circulação de pessoas e fomentar o comércio da região.

O ponto central desta revitalização seria a colocação de *parklets* em frente a restaurantes e bares, criando espaços de convivência, instalados sobre as vias públicas, que podem ser equipados por bancos, mesas, guarda-sóis.

Para que a revitalização da Rua da Praia se concretize, é fundamental a participação da EPTC, retirando o estacionamento das vias e modificando os pontos e horários para carga e descarga de materiais. Com isso, as pessoas poderão caminhar com maior tranquilidade por ali. Minha ideia é que as vias sejam equipadas com um piso diferenciado, com sinalização tátil apropriada às pessoas com algum tipo de deficiência.

Esse não é um projeto meu. É um projeto para a cidade de Porto Alegre. Essa indicação que fiz à Prefeitura vem sendo discutida há muito tempo e conta com o apoio dos empresários da região.

Quero agradecer o apoio que tenho recebido de todos os comerciantes da Rua da Praia, que estão muito entusiasmados com a possibilidade de revitalização da rua. Também agradeço à receptividade que tenho recebido tanto do Prefeito Marchezan como das secretárias municipais responsáveis que viram que isso é muito bom para Porto Alegre. É um sonho que eu tenho ver a Rua da Praia totalmente revitalizada. E este sonho parece estar cada vez mais perto de ser realizado.

Há 20 anos eu moro no Centro. Antes de ser Vereador, já era meu sonho ver a Rua da Praia, que não tem praia, ter uma convivência social. A Rua da Praia é uma das ruas mais visitadas de Porto Alegre. Acabaram de falar sobre o Mário Quintana, a igreja das Dores, aqueles casarões antigos, era meu sonho ver uma rua como as ruas que a gente vê em Paris, vê em Portugal, vê em Barcelona, na Espanha. Então, está aí a grande chance – a

---

gente está falando em violência – de a gente começar a mudar esse quadro dentro de Porto Alegre.

Eu sempre disse para o Bosco que esse projeto é um projeto maravilhoso, mas ele incluía não deixar as crianças saírem de seus bairros para ir para o Centro, porque para tirar depois é difícil. É melhor reter fora de lá, por isso a gente dava o esporte para eles. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Boa tarde, Presidente Mônica Leal, cumprimento os colegas Vereadores e Vereadoras; agradeço aos meus colegas de bancada a disponibilização deste momento de Liderança do PMDB, para poder responder à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon algumas indagações a respeito de segurança pública, o que não poderia deixar passar. Quero dizer que, nesta tribuna, nós podemos falar o que bem entendermos, pois nós temos a inviolabilidade parlamentar. Não sou eu que estou dizendo isso, está no parágrafo 8º, do artigo 29, da Lei Federal, sobre a Imunidade Parlamentar. Porém, nesta tribuna, temos que ter a responsabilidade de apontar dados claros, objetivos e que sejam verdadeiros, meias verdades não nos cabem mais, principalmente por sermos legisladores e estarmos aqui enquanto Parlamentares, mostrando ao povo de Porto Alegre o que acontece não só na Cidade, mas no Rio Grande do Sul. É importante, Ver.<sup>a</sup> Sofia, ter a elegância de reconhecer as operações que estão sendo feitas pela Brigada Militar, pela Polícia Civil e todo o esforço do Secretário Schirmer diante de um Estado que está com problemas financeiros, de estar, sim, tendo um olhar totalmente voltado para segurança pública, não só de Porto Alegre, mas também do Rio Grande do Sul. Hoje não temos mais nenhum concursado da Brigada Militar esperando para ser chamado; foi feito um novo concurso, e já temos oito mil aprovados para a nova fase desse concurso. Nos últimos meses, tivemos o ingresso de 1.183 novos brigadianos, que estão trabalhando diuturnamente nas ruas de Porto Alegre e dos Municípios gaúchos. A Polícia Civil colocou mais cem delegados e tem um concurso em voga. Quatrocentos e vinte agentes penitenciários estão terminando o curso de formação

---

e dia 05 de março estarão trabalhando nos presídios do Rio Grande do Sul, o que vai permitir a abertura de mais mil vagas no presídio de Canoas. Mais de duzentas viaturas foram compradas apenas para a Brigada Militar, 118 veículos do Toyota Corolla foram entregues, e mais 120 estão sendo entregues nos próximos meses. Apesar de toda a reclamação de alguns que falam que querem segurança e apontam defeitos no que está sendo feito, os veículos do Toyota Corolla vieram, sim, para serem mais fortes, mais céleres no combate ao crime. Temos a previsão da compra de mais mil veículos para a Polícia Civil e para a Brigada Militar. A Polícia Civil, esta semana, estourou um depósito de drogas e de armas de uma facção criminosa na Zona Sul de Porto Alegre. Trezentos e oitenta policiais da Brigada Militar fizeram operações nas áreas conflagradas de Porto Alegre. A Brigada Militar encerrou, esta semana, atividades da Operação Avante Visibilidade em Porto Alegre, com registro de 131 prisões, 731 veículos fiscalizados, muitos autuados e muitos recolhidos. Grande apreensão de armas foi realizada na Zona Norte de Porto Alegre, trabalho da Polícia Civil, da Narcóticos, da Brigada, e aí vejo a Ver.<sup>a</sup> Sofia dizendo que nada está sendo feito em Porto Alegre. Eu fico muito feliz de ver que a Ver.<sup>a</sup> Sofia está se engajando na segurança, mas quero te dizer, querida Vereadora, que para a gente solucionar a segurança, nós temos que nos desarmar das ideologias, porque a fala na Câmara de Vereadores é diferente da fala na Assembleia Legislativa, como nós vemos os seus colegas do PT votando contra o duodécimo, votando contra a recuperação fiscal, votando contra o próprio projeto de segurança que o Secretário Schirmer encaminhou à Assembleia para ser votado, e o PT, o vosso partido, disse “não”. Então, muito me impacta que a teoria, a prática e as falas dos Parlamentares do Município e do Estado não são coerentes. A própria intervenção no Rio de Janeiro teve um “não” do PT. E se preocupam, da mesma forma, com segurança. Eu não compreendo. Agora, uma coisa eu vou dizer: precisamos valorizar as nossas polícias, a Polícia Militar, a Polícia Civil, e precisamos deixar de defender e tratar como vítimas da sociedade os criminosos, como muitos do seu partido fazem. Chega de tratar criminosos como vítimas da sociedade. Temos que apoiar as reintegrações de posse, a atuação da Brigada, entre outras ações, caso contrário o feitiço vira contra o feiticeiro. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassiá Carpes assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, por óbvio esta tarde de quinta-feira é própria para pronunciamentos analíticos acerca de vários fatos e atos que dizem respeito ao nosso cotidiano e que, por certo, provocam os mais diversos tipos de reação nas pessoas de bem, responsáveis e obviamente nos componentes desta Casa Legislativa. Eu não fujo a esta regra. Modestamente, reconhecendo minhas limitações, também tenho me ocupado desses problemas aqui trazidos, sem deixar de compreender que os mesmos ocorrem dentro de um contexto que não pode deixar de ser considerado, ao se promover uma análise sincera, objetiva e coerente acerca desses acontecimentos. Não há como, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, deixar de reconhecer que este País vive um dos mais conturbados momentos da sua história e que, evidentemente, há dificuldades do Governo central, que é extremamente concentrador dos recursos e das decisões políticos-administrativos da Nação, numa deturpação efetiva do pacto federativo. Essas dificuldades são conseqüentemente transferidas para os Estados e chegam até os Municípios. É a famosa marolinha, como nos falou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está se transformando num verdadeiro maremoto. Nesse contexto todo se inclui algumas circunstâncias especialíssimas que se avolumam nas vias públicas de Porto Alegre e que, evidentemente, se agravam em determinadas regiões, como é o caso do Centro Histórico, e mais objetivamente no nosso monumento histórico que é o viaduto Otávio Rocha. É difícil de se falar sobre esse tema sem o registro desse particular, até porque, Sr. Presidente, existe uma Frente Parlamentar cuidando do assunto, comissão especial cuidando do assunto, as mais diversas manifestações de interesse da parte do Legislativo, e o anúncio de providências que não se consomem, que não se realizam da parte do Executivo. O que de modo algum pode escurecer essa gigantesca realidade exposta aos olhos de todos nós que transitamos ocasionalmente ou cotidianamente pela Av. Borges de Medeiros, nesta verdadeira Cidade informal, que sob a proteção dessa obra arquitetônica se concentra especialmente no trecho compreendido entre a Rua Jerônimo Coelho e a Rua Fernando Machado. Ver. Dr. Thiago, eu ouço pessoas

---

---

extremamente credenciadas, ativas no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul dizerem que esse programa é um programa social regulado pela Constituição, que não pode permitir que providências se tomem e que resultem do direito de ir e vir das pessoas que hoje, Ver. Cassiá Carpes, transformaram o Viaduto Otávio Rocha no seu condomínio residencial dado o grande número de famílias que ali se encontram. Quando se instalou a Comissão Especial para o Centro Histórico de Porto Alegre que iria cuidar desse assunto, eu lá compareci e tive a oportunidade de dizer que eu não conseguia, dentro do meu raciocínio jurídico entender bem a aplicação desse conceito de forma tão objetiva e tão parcial em favor dos chamados moradores de rua, e que eles têm o direito que se sobrepõem ao direito de outros tantos de usar aquele logradouro, que é de todos e não apenas de alguns. Assim como eu não posso ir lá me instalar com uma atividade comercial, ou com qualquer outra atividade, outros também não poderiam ter direito de ali colocar colchão, armário, fogão, enfim, todos os objetos que se constituem na formação de uma residência permanente e não ocasional. Por isso, Sr. Presidente, Sras Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que seria uma paixão política e nenhum ranço ideológico, tomarmos posição de forma muito objetiva nesse assunto, manifestando claramente, e até, se for o caso, aceitando o direito das pessoas de ali ficar, mas não se estabelecerem da forma como se estabelecem com a utilização da área para os mais diversos fins absolutamente necessários ao dia a dia das pessoas, desde aqueles elementares, que fisiologicamente precisam ser realizados no cotidiano, até aqueles outros tantos, natural, e que estabelecem aquele local como sendo a sua residência. Por isso, Sr. Presidente, eu não sei se a Frente Parlamentar que está atenta nesse sentido se encontra paralisada no momento, mas sei que existem várias pessoas, e V. Exa. inclusive, Ver. Cassiá, por oportuno, eu tive ensejo de almoçar com V. Exa. no dia de ontem, tratando especificamente de assuntos da Cidade Baixa, que é outro problema da cidade de Porto Alegre, também inserido em todo esse contexto e que envolve uma situação muito específica, porque trata do consumo de álcool, de droga, por menores na via pública, o que, obviamente, é absolutamente inaceitável.

Então, esse conjunto de situações, de dificuldades precisa ter, da parte do Poder Público, em conjunto com o Legislativo, Executivo e Judiciário, uma resposta mais concreta. Não queremos transformar esses moradores de rua em sujeitos abjetos, desprezíveis, muitos deles são doentes, outros vivem dramas especiais muito fortes. Não seria nada cristão,

---

nada solidário, se fazer uma política de desprezo integral para essas pessoas. Como também o excesso do outro lado, de buscar uma falsa compreensão e de admitir que por eles viverem essas dificuldades podem fazer o que bem entendem, ser utilizada como sendo a forma correta de equacionamento do assunto.

O adágio popular que diz que nem tanto ao mar como na terra precisa ser aplicado no momento.

Objetivo uma conclusão dizendo que meu pronunciamento pode parecer uma pregação no deserto: sem consequência, sem resultado e sem um objetivo maior.

Eu quero declarar, em concluindo, que meu grande objetivo não é só externar a minha preocupação, mas dizer que estou, da minha maneira de ser, convocando a todos por uma grande cruzada, que se coloque de forma objetiva para enfrentar esse problema. E que o viaduto Otávio Rocha seja o grande símbolo dessa minha ação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. THIAGO:** Ver. Cassiá Carpes, realmente ontem eu externei aqui ao Secretário da Fazenda a minha preocupação principalmente com os números prolatados e com a divergência que existe nesses números. A Secretaria da Fazenda ontem mostrou um déficit aqui de R\$ 807 milhões. Nós tivemos, com toda a dificuldade, com todo o problema do ano passado, um déficit de R\$ 300 milhões. E, só nos dois primeiros meses deste ano, a Fazenda já aponta para um superávit maior do que o ano passado. Então, não posso concordar com esse suposto caos instalado nas finanças de Porto Alegre. São problemas, mas são problemas conjunturais, não estruturais, por isso eles podem ser atravessados. O que realmente nos preocupa são as situações trazidas aqui pela sociedade, as dificuldades que nós observamos na solução dos problemas da Cidade, as dificuldades, Dr. Eduardo Sehbe, que empreendedores como o senhor tem de executar o seu trabalho na Cidade. Por um detalhe, por uma burocracia, realmente se impede que os empreendedores sérios desta Cidade possam utilizar toda a sua *expertise* no sentido de melhorar os serviços da Cidade. Os alvarás cada vez mais se tem dificuldade de retirar na Cidade, as situações são realmente bastante complicadas e há que se chamar atenção

---

mais uma vez da SMIC. Se por um lado a gente elogia as ações que devem ser tomadas, como a que foi tomada agora há tarde na Cidade Baixa, Ver. Cássia – nós recebemos informações de que alguns daqueles pseudoestabelecimentos da Cidade Baixa, numa ação da SMIC, Polícia Civil e Brigada Militar, foram fechados. Em especial, cito um, Ver. Ricardo Gomes, que V. Exa. certamente vai concordar comigo, que não é um estabelecimento, ele não está nem entre o grupo de bares e restaurantes, que é aquele chamado de Toca. Já foi fechado, já reabriu e, por decisão judicial, hoje está lacrado novamente. Então a gente saúda, em parte, essas situações, mas fica muito preocupado com as situações da Cidade Baixa e do Moinhos de Vento no geral. A convivência harmônica de moradores e pessoas que vão até lá fazer festa em bares e restaurantes está muito complicada. Onde termina a liberdade de um, começa a liberdade do outro, e nós precisamos ter esse superego, esses pais internalizados, Dr. Eduardo, V. Exa. que é psiquiatra sabe disso, nós temos que ter esse superego para termos os nossos limites. Infelizmente esses limites e essa convivência harmônica têm sido muito difíceis nessas duas regiões da Cidade. Existem outras situações pontuais no resto da Cidade, mas essas outras localidades acabam conseguindo rechaçar determinadas situações, como os veículos automotores com alto som e, depois de dois ou três fins de semana, a comunidade – isso já aconteceu em Belém Novo, no Lami, em Ipanema – acaba conseguindo rechaçar. Agora, o que está perdurando e o meu medo é que gere um grande sinistro naquela região – é a situação da Cidade Baixa e do Moinhos de Vento. E outra grande preocupação com relação à SMIC é que tem que solucionar essas questões. Essas questões vinculadas à burocracia de alvarás têm que ser solucionadas. Nós não podemos rotineiramente castrar os empreendedores da cidade de Porto Alegre. Então, mais uma vez, vamos pedir uma audiência com o Secretário da SMIC para realmente poder atacar, de forma bastante firme, no caso dessa situação pontual, mas isso deve gerar uma jurisprudência e um *modus operandi* que devem servir também para os outros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** Obrigado, Ver. Dr. Thiago. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro vou dizer que fiquei chocada e decepcionada com o Secretário da Saúde – em muitos aspectos o tenho elogiado, Ver. Dr. Thiago, mas por ter simplesmente, por Diário Oficial, suspenso, tornado nulo o processo de eleição do Conselho Municipal de Saúde. Me surpreendeu. E, no mesmo Diário Oficial, ele se designa membro nato da Coordenação e designa os representantes da Secretaria, o que está correto.

Secretário, não é possível. O órgão de controle social da área da saúde precisa ter autonomia. E veja, não é um órgão manipulado por um grupo só. Estava uma grande contenda, inclusive, de duas chapas, com disputa. Não é possível que a Secretaria de Saúde não respeite a autonomia do Conselho Municipal de Saúde e não respeite a sua capacidade de organizar o seu pleito eleitoral, de fazer democraticamente eleição para a sua coordenação, assim como nós exigimos que o Prefeito Marchezan respeite o conjunto dos conselhos do Município de Porto Alegre. Por quê? Porque essa é uma conquista da cidadania da nossa Cidade e do País – a participação direta da população nas representações setoriais, na decisão sobre a sua vida, sobre as políticas públicas da Cidade, do Estado e do País. Esse retrocesso não é outro retrocesso que nós vamos aceitar em Porto Alegre. Eu tenho certeza de que o Secretário da Saúde pode e vai rever essa posição, já que em várias outras situações temos apoiado as suas atitudes, no seu compromisso com a saúde em Porto Alegre.

E aí, eu volto ao tema trazido pelo Ver. João Bosco Vaz, da diminuição de políticas públicas para a infância, para a adolescência em nossa Cidade. A situação de crianças na rua estava erradicada. A recuperação que V. Exa. faz, Ver. João Bosco Vaz, é muito correta. E eu quero dizer que depois dos nossos governos avançou a Ação Rua Descentralizada, a abordagem das crianças, nós tínhamos um programa articulado na cidade inteira. E hoje há o enfraquecimento da FASC, a fragilização dos CRAS, dos CRES, a ausência de funcionários, dos convênios – tudo isso está fazendo com que as nossas crianças voltem para a rua. Aliás, nós temos famílias morando ao lado da porta da Prefeitura Municipal.

Eu falava e em nenhum momento eu criticava a Brigada Militar, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Eu critico, sim, as opções de gestão. É claro que critico! E principalmente as opções que são de responsabilidade de secretarias que são preventivas e que apresentam e garantem alternativas aos nossos estudantes, aos nossos adolescentes e às nossas

---

crianças, que, cada vez mais cedo estão sendo capturadas pelo crime, pelo tráfico, pela contravenção.

E nós, agora, terça-feira, temos reunião com a Secretária Estadual Adjunta, a CECE acolheu ontem uma comissão, porque não aceitamos o fechamento da Escola Alberto Bins. Eu vou insistir nessa tecla, porque é ali na Cruzeiro, uma zona conflagrada, assim como também ocorre em outras regiões. Então, amplia o tempo escolar, se tem menos alunos; faz parcerias para oferecer esporte, lazer, recreação. A juventude está querendo fazer curso pré-vestibular ali na região, oferece o espaço da escola, mas não feche uma escola, Secretário Estadual de Educação, num lugar onde é extremamente necessária.

Eu retomo, por fim, o que é grave demais para a educação: a redução das políticas para a infância e a adolescência. O programa Mais Educação encolhe no País. O MEC retira mais de mil escolas do Rio Grande do Sul do programa Mais Educação. Quase 130 mil gaúchos perdem o turno integral. Isso é criminoso e nós vamos representar no Ministério Público Federal! Sabem por que é criminoso? Porque o Plano Nacional de Educação determina a ampliação do tempo integral, e o Presidente não está acima da lei, o Governador não está acima da lei, o Prefeito não está acima da lei. É uma lei nacional, é uma lei municipal, é para ampliar tempo integral e não reduzir tempo dos alunos. Nós vamos brigar aqui com muita força, porque ou nós apresentamos à nossa juventude políticas de esporte, de lazer, recreação, trabalho educativo, ou ela não terá alternativa e vai para o tráfico, vai para a droga, vai para o roubo, vai para a contravenção, vai para o abandono, vai para as ruas. E essa é a política mais desastrosa que pode acontecer na nossa cidade, na nossa Capital. Então nós entendemos segurança muito mais do que o esforço que cada um dos brigadianos e policiais do nosso Estado faz, que eu respeito por demais. Tenho esse respeito porque construímos, inclusive, uma interlocução muito amistosa e aplicada lá em Petrópolis, no meu bairro, como exemplo que quero dar da dedicação dos nossos trabalhadores da segurança. O problema é a gestão, são as opções de gestão.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Sofia. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

---

**O SR. ADELI SELL:** Ver. Cassiá Carpes, na presidência dos trabalhos; colegas Vereadoras e Vereadores, neste período de oposição do Partido dos Trabalhadores e PSOL, tenho honra de voltar aqui, como fiz no ano passado sob a liderança da Ver.<sup>a</sup> Fernanda e agora sob a liderança do Ver. Sgarbossa, tratar de alguns temas de Porto Alegre. Na intervenção anterior, eu pude colocar alguns dilemas que a Prefeitura teima em não atender ou não se preocupar. Voltamos a alguns deles, Ver. João Bosco Vaz, nós voltamos ao tema dos moradores de rua, das crianças que voltam às sinaleiras. A Ver.<sup>a</sup> Sofia acabou de colocar o que eu já disse anteriormente sobre a situação na Rua Uruguaí, ao lado da Prefeitura Municipal, isso é um verdadeiro escândalo, inaceitável, intolerável, ver essa situação de indignidade da pessoa humana, é indigno. Vejam as falas vão desde os Democratas, como o Pujol, até nós, que estamos usando aqui o tempo pela Bancada de Oposição, ou seja, da chamada direita e esquerda, nós somos unânimes de que a situação do Viaduto Otávio Rocha não pode continuar. Acho que essa discussão sobre segurança, insegurança, trazida pela Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, pela Ver.<sup>a</sup> Sofia, pelo Ver. Carús ensejaria de todos os partidos um olhar cuidadoso para que a gente pudesse unificar forças em torno dessa questão. Nós não podemos deixar de falar da Cidade Baixa. Está aqui o nosso colega, amigo e companheiro Tiago, que assumiu aqui, no ano passado, no início de dezembro, como Vereador suplente da Bancada do PT. Cumprimento o Thiago que é uma pessoa que tem um empreendimento na Cidade Baixa, ele é uma pessoa que conhece a Cidade Baixa. Inclusive há um projeto seu, tramitando na Câmara, que trata da questão da Cidade Baixa. Nós não podemos aceitar que os empreendimentos da Cidade Baixa sejam prejudicados pela balburdia. E não é uma questão do Carnaval, nós já vimos que são outras questões. Todos os Vereadores têm essa preocupação. E volto à situação que vimos recentemente no entorno do mercado público. Já tratei disso aqui, anteriormente. Ver. Ricardo e Ver. Moisés, nós temos de voltar a ter uma atenção especial ao Mercado Público. Nós não temos tido agendas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Não sou apenas eu que digo isso, são pessoas da oposição, do grupo de independentes, do Governo que não conseguem se reunir com o Secretário. Nós temos um abandono total do Mercado Público. Lá tem empreendimentos tremendamente importantes. Não bastasse isso, inclusive, o Governo Estadual vem com uma legislação totalmente afrontosa ao estilo dos mercados públicos sobre a questão da venda a granel, enfim, não bastasse essa preocupação com o

---

abandono do Mercado Público, ainda tem essa questão Estadual. Ontem, o Deputado Tarcisio Zimmermann chamou uma reunião e vai constituir, Ver.<sup>a</sup> Sofia, uma comissão especial para tratar deste decreto do Sr. Governador. Portanto, nós aqui da oposição, estamos atentos a todas as coisas que afrontam o cidadão, e que afrontam também os pequenos empreendedores, porque quantos açougues do Rio Grande do Sul serão atingidos por esta medida drástica que vai na contramão da história? Se tivemos uma concentração em grandes supermercados a partir da década de 70 para cá, agora o processo mundial é exatamente o inverso, é o pequeno empreendimento, é o pequeno açougue, a mercearia, a gente pode ver isso em várias partes do mundo, que a volta é isso de novo e aqui o Governo do Estado está a nos afrontar nesta questão. Nós estamos atentos a isso, queremos esses debates, e finalmente hoje chegamos a um bom acordo também, que vamos ter uma reunião na semana que vem para discutir os aplicativos e a lei dos táxis. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

**A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento):** Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h49min.)